
ORALIDADE E EDUCAÇÃO, UM COMBATE ESQUECIDO

Roberte Langlois¹

RESUMO

Este artigo relata uma pesquisa efetuada em 2008/2009 cujo tema é a história da oralidade no sistema educacional francês. O museu da educação, colocando à disposição os textos fundadores e textos oficiais, desenterrou um combate esquecido entre os partidários de um verdadeiro estatuto da palavra na escola, e os partidários de um sistema educativo centrado exclusivamente no valor da escrita. Destes textos históricos emerge uma voz esquecida, a de uma palavra na escola que até aqui havia sido reduzida a um mero oral escolar.

Palavras chaves : Oralidade, oral, monolinguismo, herança, escola republicana, museu da educação, Rouchette, F. Buisson

O sistema educativo francês, construído sobre modelo republicano fez da cultura escrita a base de sua cultura escolar. Se atualmente a escola se preocupa cada vez mais do predomínio da escrita, nossa herança mostra por outro lado que a instituição sempre tentou domar a palavra do aluno. Do monolinguismo ao oral escolar, a escola republicana desejou controlar e dominar a oralidade dentro do seu recinto. No entanto, a história das idéias educativas mostra que houveram causas perdidas, principalmente a favor da oralidade, que constituem ainda hoje pontos sensíveis no sistema educativo francês. É o caso da ligação entre oralidade e educação. Conservando as diversas versões das instruções oficiais, dando acesso aos textos fundadores, o museu nacional da educação, situado atualmente em Rouen, na Normandia, coloca à disposição do pesquisador textos e relatórios de debates que atravessaram a criação da escola republicana. Assim se desvela uma tensão original entre palavra e escola. Adotando-se o processo do hermeneuta, o pesquisador pode retornar às fontes de um combate esquecido que explica a relação tensa que perdura entre palavra e escrita na cultura escolar. O museu da educação, através de sua iconografia e seus textos originais, dá acesso a uma história da palavra escolar inédita, que coloca em perspectiva o estatuto e a posição da palavra na nossa herança republicana.

UMA HERANÇA SOB TENSÃO ENTRE PALAVRA E ESCRITA

¹ Pesquisador laboratório CIVIIC, Universidade de Rouen

O sistema educativo francês se inscreve sem a menor dúvida na história de um povo que persegue seus ideais, ideais por vezes percebidos como generosas utopias. Este ideal tomando forma graças à declaração dos direitos do homem e do cidadão em 1789, constitui um marco nas mentalidades e na cultura francesa. A escola da República de 1882, nos seus fundamentos, vai se fixar e se alimentar dos princípios já enunciados pela carta constitucional dos direitos do homem durante a Revolução. Os Iluministas retomam por conta própria o projeto humanista do Renascimento, tendo por objetivo a erudição e a língua das elites e do poder, isto é um francês único.

O MONOLINGUISMO AO PÉ DA LETRA, UM PROJETO REVOLUCIONÁRIO

O princípio do postulado de educabilidade de todo cidadão contribuirá ao questionamento sobre a natureza da língua a transmitir. Educar e instruir referem-se, nesta época, ao acesso ao texto. Em Paris, é o Padre Grégoire quem se torna o porta-voz do combate nacional pelo monolingüismo. O domínio da língua se torna então uma questão crucial para a nossa sociedade. Em 1794, Grégoire publica um relatório sobre a necessidade de aniquilar os dialetos (idiomas rurais) e de tornar universal o emprego de uma língua única (Chalmel 2004, p. 238). Por ocasião de um discurso na Assembleia Constituinte de 1791 [site 13]², este declara:

“Nossa língua e nossos corações devem estar em uníssono (Grégoire, 11 de agosto de 1791).”

O domínio da língua oral se torna então o que está em jogo, não apenas socialmente, mas também politicamente, servindo ainda hoje como tela de fundo para as tensões educativas.

E assim, desde o Renascimento, assistimos a um movimento duplo: o da valorização da literatura e da escrita na cultura das elites e, conseqüentemente, na instituição escolar. O desaparecimento sucessivo da oralidade, que ocorre ao mesmo tempo na literatura e no ensino, derruba a relação de anterioridade da cultura oral sobre a cultura escrita. A pedagogia dominante, a partir da escola republicana, contribuiu para legitimar a idéia que a palavra nasce da escrita, e não o contrário. O que é totalmente novo pois, até então, mesmo se existia um desequilíbrio entre estas duas ferramentas intelectuais que são a palavra e a escrita, ambas teriam podido conservar um estatuto e uma existência independentes uma da outra. Na ideologia republicana a palavra escolar tem origem na escrita e é fixada pela regra escrita: « o que se diz », « o que não se diz ». O que explica que a instituição oral organiza todas as suas práticas orais em torno da escrita e da literatura. De fato, na França, o professor de francês é mais comumente chamado professor de letras. Assim, a palavra se torna o eco do texto escrito (recitação, leitura em voz alta) e o oral, uma oralização. A palavra aparece como uma ferramenta de ensino subordinada à escrita, perdendo aos poucos sua identidade enquanto diálogo.

2 *Discurso do Padre Grégoire na Assembleia constituinte de 11 de agosto de 1791.*

O MONOLINGUISMO, UM SUCESSO QUE CONFORTOU O MODELO REPUBLICANO

Uma vez vencido o grande desafio do monolinguismo, desde os programas de 1923, a escola parece ter se satisfeito com seus resultados e quis acreditar que foi graças à alfabetização e ao conhecimento aprofundado da escrita que o projeto de aculturação de todo um povo pôde se concretizar. A instituição manteve-se assim em suas posições, fazendo da cultura escrita a referência absoluta tanto das instituições quanto da avaliação e da certificação.

“É lendo e escrevendo que se aprende, antes que falando (Buisson, 1882).”

Esta frase escrita por Ferdinand Buisson em 1882, faz da escrita o valor intelectual supremo sobre o qual se estabelece a cultura escolar francesa. No entanto, nos relatos dos debates e tensões sobre o lugar da oralidade na escola republicana nascente, o dicionário de Ferdinand Buisson de 1882 e de 1887 deixa entender que os legisladores tais como Henri Marion, C. De Lostalot, Félix Pécaut ou ainda Michel Bréal, não foram unânimes na adesão à fundação de uma cultura escolar apoiada unicamente sobre o culto da escrita. Esses fundadores lembraram o papel da palavra na construção humana.

Todavia, o modelo educativo republicano de 1882, não somente se impôs enquanto modelo pedagógico como também se encarnou fortemente na identidade profissional dos professores até os dias de hoje. O hábito pedagógico de considerar a escrita como o único valor escolar do aluno faz com que a escrita se torne a chave não só da cultura escolar francesa como também do funcionamento do sistema educativo. Assim, os professores encontram até hoje dificuldades para se desfazer de inúmeras práticas que persistem embora tenham desaparecido a muito tempo dos textos oficiais, como por exemplo passar lição de casa escrita, ou ainda trabalhar o oral por si mesmo. O museu da educação mostra através de seus parques arquivos relativos à oralidade que a problemática do estatuto da palavra na escola permanece, desde Jules Ferry, desvalorizada e desprezada. Isto pode ser explicado por um verdadeiro consenso cultural e social em torno da dominação da escrita enquanto valor de referência escolar. No entanto, quando a escola esta em crise e de maneira recorrente, é paradoxalmente ao domínio da língua oral que ela apela.

A GUERRA CONTRA OS DIALETOS

Os arquivos do museu da educação revelam este combate esquecido relativo ao respeito da diversidade linguística. Assim, Félix Pécaut (1828 – 1898), um dos reformadores citados no Dicionário Nacional de Pedagogia dirigido por Ferdinand Buisson em 1882, indaga sobre o lugar do dialeto na escola da III República. Ele esboça uma abertura para as línguas regionais, como, por exemplo, o Bretão ou o Basco, que ele distingue dos idiomas que ele considera como « deformação feia e sem nobreza do francês ». Félix Pécaut lembra aos legisladores de sua época que as línguas regionais constituem verdadeiros tesouros da tradição oral. Ele considera que esta primeira cultura é uma maneira de sentir e de compreender a vida. Ela deve conservar seu lugar na escola. Ocultar as línguas maternas equivale a fazer do aluno um « eu artificial ». Este legislador denuncia assim a utopia republicana o aprendizado exclusivo através da escrita, e mostra a dificuldade de ensinar

uma língua unicamente pela letra. Pécaut declara que não se pode educar colocando em concorrência duas línguas, uma do saber e outra afetiva. Este argumento esclarece sem dúvida, ainda hoje, a crise da escola atual que nega toda língua que não seja a escolar, ou ainda justifica os resultados medíocres dos alunos franceses no aprendizado de línguas estrangeiras.

Assim, graças aos vestígios destes combates verbais fundadores conservados pelo museu da educação, o pesquisador revela a idéia de que a fundação do sistema educativo francês não escapou às batalhas internas para determinar sobre qual ferramenta intelectual repousa o valor escolar. A questão das línguas regionais ilustra bem esse fato. Por outro lado, é bom lembrar que a luta pela escola não religiosa tem tudo a ver com esse combate linguístico. Ferdinand Brunot, linguista e filósofo francês do começo do século 20, escreve uma carta aberta ao ministro da instrução pública em 1905 afim de reformar a ortografia. Ele denuncia uma língua oficial preponderante que ele diz ser “a língua dos parisienses”. O que é interessante no posicionamento de Brunot, é que ele busca as línguas regionais, ou pelo menos a parte « sadia da língua popular » afim de enriquecer o francês contra o latim (língua da igreja) (Brunot, 1905).

Algumas vozes tentaram ressaltar o perigo de radicalizar a cultura escolar numa única ferramenta intelectual. Deste combate, alguns podem considerar que a negação da oralidade, na sua função identitária e cultural, é, como também foi, uma violência simbólica imposta pela instituição escolar. Por esta negação da língua materna é recusada ao aluno sua identidade que é a de ser antes de mais nada « um ser da palavra ». A palavra escolar se torna « oral », ou seja uma palavra citada, única e esperada, uma oralização de uma ferramenta de expressão natural ao ser humano.

A luta por um estatuto da palavra na escola será apenas uma gota d'água rapidamente abafada sob a intensa vontade política de uma unificação nacional pelo monolinguismo. No entanto, esta luta esquecida esta gravada para sempre nos arquivos nacionais do museu da educação, podendo assim ressurgir a qualquer momento.

DESDE A ORIGEM, UM ESTATUTO DO ORAL AMBIGUO

Ferdinand Buisson estabeleceu através do seu Dicionário Pedagógico as bases de uma verdadeira religião leiga, onde o domínio da língua ocupa um vasto lugar (Kahn, 2003). Poderia-se pensar que visto a vontade de unificação linguística e de instrução do conjunto do povo francês, isto acontece através da prática do dialogo e da troca oral. No entanto, curiosamente, se a língua francesa se situa no primeiro plano das preocupações oficiais, nota-se um vasto espaço deixado para as atividades escolares voltadas principalmente para a « leitura, escrita e redação » e até o ensino da moral consiste em recopiar cada dia um ditado (uma proposição) ou um proverbio, escrito no quadro negro.

Embora esta dominação nos fatos, a problemática do lugar do oral na escola não está menos presente nos arquivos do museu da educação (De Lostalot, in. Buisson, 1882, tII., pp. 1918 (?)). De fato, a dupla “escrita” e “oralidade” não excluiu a palavra viva no seu papel de transmissora, mesmo se ela é minorada nas instruções. O oral encontrará seus defensores entre os legisladores como mostra o texto extraído do Dicionário de F. Buisson, texto redigido pelo inspetor de academia, C. de Lostalot.

“Um mestre deve saber falar; fazemos hoje um espaço amplo para o ensino oral, mais vivo e mais fecundo que o do livro. A pena é, sem duvida nenhuma, a mestra por excelência na arte do bem dizer, mais ela só não basta, é preciso ainda a prática e uma espécie de cultura particular da palavra. Do mesmo modo, com os exercícios de composição escrita, todos os graus da escola primária comportam certos exercícios de palavra, e nossos alunos saberão falar, se nós não os mantivermos constantemente debruçados sobre o livro ou o caderno, se a interrogação em classe fizer surgir a palavra por todos os cantos: convide-os a contar o que viram, a repetir em voz alta o que acabam de aprender, a resumir oralmente uma aula de história, a animar por meio de exemplos as aulas abstratas de moral, através da leitura ensine-os a aprimorar seu discurso. Que eles aprendam nas escolas a se expressar com clareza, de maneira correta, com facilidade e sinceridade: a retórica não exige mais que isso deles. (De Lostalot, in Buisson, tII, p.1918) »

O antropólogo Marcel Jousse, a partir dos anos 30, denunciara abertamente este modelo escolar republicano que se apoia sobre a letra.

A educação não pode deixar de levar em conta a língua oral que deve ser bem empregada por todos os atores da área da educação, tanto por parte dos professores como dos alunos. Não faz o inspetor C. De Lostalot referência em meias palavras ao abuso da prática da escrita na escola, sobretudo neste segmento de frase “se nós não os mantivermos constantemente debruçados sobre o livro ou o caderno”? A expressão “o que quer que se diga”, mostra até que ponto houveram divergências, tensões entre as diferentes sensibilidades dos legisladores e isto, desde o nascimento da escola republicana. Certos legisladores da época compreenderam o quanto é difícil de se educar um povo inteiro sem levar em conta sua heterogeneidade ou mesmo a relação educativa por meio da palavra. Como estabelecer o limite do papel do diálogo, da comunicação e da relação oral no campo do ensino? Instruir um filho de camponês cujas tradições, língua e modo de vida tão distantes dos princípios republicanos passa inevitavelmente pela palavra. O linguista Michel Bréal escreve sobre o assunto em 1882, no dicionário de Buisson :

“A linguagem é o principal instrumento de comunicação entre os homens e graças ao uso da palavra as gerações são solidárias umas das outras, é desta forma que o ensino da língua materna forma ao mesmo tempo o começo e o centro dos estudos, principal instrumento do progresso. Saber ler, escrever, falar francês condiciona o acesso a todos os campos do saber e da aquisição de todas as competências. A língua francesa é o primeiro instrumento da igualdade das chances, da liberdade do cidadão e da civilidade. Falar e escrever são essencialmente artes práticas, artes da mesma natureza que o caminhar ou o uso das próprias mãos. Assim, é preciso exercitar as crianças no uso da fala e da escrita. (Bréal, in Buisson, tII, pp. 1120–1122)”

Michel Bréal não distingue unicamente a prática da linguagem como instrumento do pensamento, mas também como uma ferramenta fabulosa de socialização e de transmissão entre gerações. Ora, ele parece ser um dos poucos legisladores da época a apresentar o papel da palavra na educação desta maneira. Contudo, ele torna indissociável a dupla falar e escrever, como se um não pudesse existir sem o outro. Falar se encontra, aqui, dentro da lógica republicana, a serviço da escrita e de uma cultura baseada nas Belas Letras, prezadas pelo ideal humanista.

Notamos que o estatuto da palavra na escola já ocupa um lugar ambíguo nos textos oficiais de 1882/1887 (IGEN, 1999, [site 1]). Se nesta época recorre-se a uma prática pedagógica centrada sobretudo no domínio tanto da língua francesa oral quanto da escrita, se trata de uma língua oral que

esteja a serviço da escrita, um oral escolar e não uma oralidade que se confunde com a tradição ou a religião. É preciso esperar 1972, e sua tentativa de reforma do ensino do francês para que as instruções oficiais se interessem pelas atividades orais de expressão e de comunicação.

O CONCEITO DE “DIÁLOGO PEDAGÓGICO”

O oral é muito pouco citado e detalhado nas planilhas de horário preconizadas pelas instruções oficiais da escola republicana, a não ser sob a forma de recitação ou de respostas às questões do mestre, o que Buisson chamará “o diálogo pedagógico”. E exatamente este conceito que está no âmago da didática do primário e que será repetido até as instruções de 1972 (IGEN, 1999, [site 1]).

A idéia de « diálogo pedagógico» aparece nos textos da época. Ele constituirá o ponto central da didática da escola primária republicana. As instruções de 1887 propõem uma definição que será retomada nas instruções de 1923 até 1972:

“O único método que convém ao ensino primário é aquele que implica a intervenção alternada do mestre e dos alunos, e mantém, por assim dizer, entre eles, uma troca continua de idéias sob formas variadas, flexíveis e habilmente graduadas. O mestre parte sempre do que os alunos sabem e, procedendo do conhecido ao desconhecido, do fácil ao difícil, ele os conduz por meio de um encadeamento de questões orais ou deveres escritos à descoberta das consequências de um princípio (Lomont, IO 1923).”

Reconhecemos aqui os indicadores do método intuitivo e dedutivo de F. Buisson. Este método dominará as práticas de ensino ao longo do século 20.

“É portanto por um apelo constante à atenção, ao julgamento, à espontaneidade intelectual do aluno que o ensino primário pode se sustentar (Lomont, 1923, p.11)”

Trata-se bem de um diálogo, isto é, de uma verdadeira troca (intercâmbio) que situa a palavra no lugar certo na comunicação entre mestre e alunos. Podemos no entanto nos questionar sobre a aplicação desta troca que subentende, neste texto, uma participação ativa das crianças na escola. Podemos também nos indagar sobre o termo « espontaneidade intelectual » que aparece no texto dos IO de 1923, como também sobre a valorização da mesma na escola da IIIª República.

O projeto de integração da totalidade de um povo é ambicioso. Apenas a escrita não seria suficiente. É por este motivo que o legislador sente a necessidade de associar uma prática regular da palavra. Este oral escolar permanece no entanto bem distante da cultura oral, que se apoia no diálogo equilibrado. O diálogo pedagógico é uma palavra enquadrada, estreitamente normalizada e avaliada.

QUANDO “LER BEM” É “DIZER BEM”

O sistema educativo do século 20, fundado sobre o preceito “Ler bem” sinônimo de “Dizer bem” faz da leitura uma matéria dominante desde as classes iniciais. Assim, em 1923, o curso

preparatório é chamado : curso de leitura e comporta um horário de 10 horas semanais desta matéria. São no entanto toleradas práticas orais sob a forma de “conversas muito simples”. (Lomont, I O, 1923, p. 47). A partir de 1923, o oral existe mas está a serviço de dois grandes eixos e se refere à aprendizagem e ao domínio da cultura escrita através da leitura e da redação de textos. A leitura é feita em voz alta, buscando ser expressiva: “É preciso achar o tom”. E de fato é pela vocalização dos textos que se pede ao professor que verifique se o aluno compreendeu e se apropriou a escrita.

Uma vez atingido o objetivo do monolinguismo, não há mais lugar, em 1923, para uma pedagogia do oral no sentido maiêutico do termo, isto é numa prática de trocas dialogadas, contrariamente ao que preconizavam os IO de 1882 e 1887. A palavra aparece a partir daí como a imagem da escrita, nítida e correta. Em 1938, a redação é a prova decisiva a qual se confrontam todos os candidatos ao certificado de estudos. Trata-se agora de botar ordem nas idéias (por escrito), de racionalizar seu saber baseado no modelo das ciências. Suprime-se a prova oral, considerada cansativa e de pouca utilidade para o candidato.

“O oral era frequentemente uma simples formalidade em consequência da falta de tempo e do cansaço do aluno. (P. e I. 1938, p.137)³”

Paradoxalmente, a partir de 1923 os programas deploram o ensino demasiadamente abstrato, e mesmo a inexistência da cultura oral nas práticas. A cultura escolar baseada sobre a escrita, esta bem enraizada nas mentalidades, sobretudo nas dos professores.

OS ANOS 1970: COMEÇO DE UMA RUPTURA

A partir de 1972, a escrita permanece dominante nas práticas da classe ao mesmo tempo que ocorre uma mutação importante no que concerne o aspecto relacional e comunicacional da palavra na aquisição dos saberes. Esta mudança de paradigma no uso da palavra é confirmada nas instruções oficiais que salientam a necessidade da prática de atividades de comunicação (debate, exposição, relato). No entanto, nos anos 1980–90, a escrita resiste fortemente sob a influência dos especialistas, sobretudo dos linguistas, que insistem no estudo estrutural de uma língua baseado no texto escrito.

Guillot, inspetor da Educação Nacional, reuniu textos oficiais de 1972 onde se encontram as decisões do período que vai de 1960 a 1972. Os textos de 1923 permanecerão, palavra por palavra, em vigor até 1972. Isto nos mostra que os programas e regras da escola republicana sofreram pouca evolução até 1972. Em 1964, a separação das crianças em dificuldade escolar (classe de aperfeiçoamento) das que frequentam classes ditas « normais » aparece como um elemento novo. Nos programas destinados às crianças em dificuldade, encontramos pela primeira vez o termo explícito de oral no capítulo intitulado: “Classe de aperfeiçoamento acolhendo débeis mentais”. (Guillot, 1972, p.427).

Para os demais níveis, a prática oral se limita ainda à recitação, ao canto e aos exercícios de leitura ou de elocução.

3 *Programas e instruções do ensino do primeiro grau (1938).*

“A linguagem oral – a expressão oral permanecerá aqui preeminente – Seus progressos condicionam e acompanham os das demais atividades (Guillot, 1972, p.427).”

Indica-se pela primeira vez que o uso correto e desenvolvimento da língua francesa oral é um aprendizado que não termina nunca e que não se deve negligenciar a língua enquanto meio de expressão (Guillot, 1972, p. 157). A palavra escolar aparece como um instrumento de comunicação e não mais como uma mera ferramenta a serviço da escrita.

É interessante notar que este discurso estava reservado a uma categoria frágil dificilmente assimilável pela instituição. Assim, podemos ver um esboço de retorno do valor do oral quando a escola republicana se encontra em dificuldade para transmitir o saber estabelecido. O que confirma nossa impressão que a crise escolar tem tudo a ver com a questão do lugar da palavra na instituição. Assistimos, há alguns anos a uma insistência crescente do oral na escola primária. É o caso de se perguntar se isto não é o sinal de um enfraquecimento não apenas do sistema como também da escrita enquanto único valor de referência. Estando claro que a escrita permanece um valor essencial de toda instrução.

O PLANO ROUCHETTE, CENSURA E CONTROVÉRSIA REFERENTE AO ORAL

Em 1971, Marcel Rouchette, IGEN⁴, preside uma comissão cujo objetivo é “arejar os programas de francês” a nível do primeiro grau. Esta assembleia se empenha em valorizar o lugar e o domínio do oral dentro do sistema escolar francês (Prost, 2007, p.207). O que se almeja é dar prioridade à expressão oral. Trata-se então de tomar apoio sobre a língua falada afim de se aperfeiçoar e adquirir saberes. É feita pela primeira vez a distinção entre disciplina oral e disciplina escrita. O que é inteiramente novo. O que o plano Rouchette propõe é um reequilíbrio entre o oral e a escrita, revolucionando assim o projeto inicial da escola republicana. Considerado perigoso para a cultura escolar inicial, este texto será sujeito a críticas e censuras como nunca antes na história da educação. São os arquivos que permitem realizar a natureza da censura.

A “COMUNICAÇÃO ORAL”, UMA NOVA PREOCUPAÇÃO

Neste relatório aparece uma lenta argumentação que convida o legislador a tomar consciência de que o domínio do oral na língua é uma condição necessária ao sucesso de todos os alunos. A partir dos anos 1960, ocorre um prolongamento da escolaridade seguido de uma massificação da população escolar com um colégio único em construção. Esta transformação da paisagem escolar torna a natureza dos alunos cada vez mais heterogênea. Por outro lado, numa perspectiva de estudos longos, as exigências evoluem e modificam as expectativas sociais. A sociedade muda, se moderniza, as mídias televisuais e áudio se desenvolvem. Estas últimas fazem da comunicação uma disputa pelo progresso da qual a educação deverá se apoderar para poder acompanhar as mutações da sua época. Lembra-se então que a escrita não pode permanecer sendo o único eixo central, que a escola precisa trabalhar o oral se ela quiser que os alunos se integrem na

⁴ IGEN : Inspetor Geral da Educação Nacional.

sociedade moderna. A prioridade se torna então, o domínio do oral enquanto instrumento (ferramenta) de comunicação. O plano inicial estipula o que segue:

“Prioridade à expressão oral, (não censurada). Este termo não significa que a expressão escrita seja menos importante que a oral e que esta última deva ser privilegiada no ensino. Mas há muito havia sido esquecido o fato de que uma língua é antes de mais nada um sistema de sons e a tomada de consciência desta realidade foi primordial (Parte censurada, Huet, 2003, p.5)”

O oral encontra neste relatório uma dupla dimensão: enquanto ferramenta intelectual a serviço do saber (escrita) ao mesmo tempo que como objeto de estudo por si só.

Notam-se dois objetivos distintos no aprendizado da língua oral : o primeiro diz respeito à liberação da palavra num contexto determinado, o segundo visa a construção da linguagem enquanto saber disciplinar. De fato, os membros do plano Rouchette outorgam à língua oral um valor cultural e neste sentido escolar. Nota-se que anos mais tarde este aspecto disciplinar do oral passará em primeiro plano em função do aspecto de comunicação. Em se tornando uma disciplina, o exercício da palavra conquista um estatuto. Se o plano Rouchette deu início a uma verdadeira ruptura na relação entre oralidade e instituição, isto não ocorreu de imediato e nem sem solavancos. Na realidade esta tentativa de reforma conheceu tensões múltiplas que levaram a comissão a retirar trechos do texto inicial.

O plano de renovação do ensino do francês provocou uma forte polêmica que atingiu o mais alto nível do Estado. Anteriormente, nos anos 1960, esta reforma havia sido preparada graças a experimentações que preocuparam os conservadores da época porque, segundo o poder, se inspiravam muito nas pedagogias ativas da Escola Moderna. De acordo com os críticos, este plano poderia provocar um transtorno nos métodos e nos conteúdos mais do que conduzir a uma reforma de detalhes (Prost, 2007, p.209). Julgada suspeita, principalmente por que agrada a movimentos reformistas ditos de esquerda, este plano suscita uma viva contestação e termina por uma censura do texto inicial no âmago da própria comissão. Por outro lado, o plano sofre a pressão do presidente da República da época, Georges Pompidou, muito ligado à cultura das Letras clássicas. Afinal, o que é que se reprova nesta reforma, e no que esta ela ligada à questão da oralidade?

Como clamarão alto e forte certos homens políticos do parlamento, ela é acusada de liquidar o patrimônio cultural da língua francesa. E preciso dizer que a inovação do texto baseia-se essencialmente num reequilíbrio entre os lugares ocupados respectivamente pela palavra e pela escrita nas práticas e saberes escolares. Pois, a Academia Francesa “assinala os perigos que existem no abandono dos métodos pedagógicos que apelam para a memória, a lógica e a reflexão” (Prost, 2007, p.210).

O QUE OS TRECHOS CENSURADOS NOS REVELAM

A parte maior que é censurada se encontra no preâmbulo do relatório e faz uma vasta crítica da pedagogia tradicional, denunciando as contradições dos textos oficiais anteriores. Ao mesmo tempo que homenageia os programas oficiais e o projeto da escola republicana até então, a comissão tenta denunciar um freio ao imobilismo imposto ao sistema educativo pelas instruções oficiais estagnadas e julgadas obsoletas. Nos encontramos então nos anos 1970, período de desenvolvimento tecnológico rápido, generalizado, principalmente na área da comunicação e da

mídia. A comissão tenta integrar a educação neste impulso de modernidade tentando redefinir suas finalidades. Nesta mesma época o colégio se massifica e se democratiza. A escola se encontra então em má postura e tem dificuldades ante as novas imposições, não conseguindo mais assumir tão bem o papel de elevador social.

“Uma nova definição das finalidades do estudo do francês, e sobretudo do ensino elementar, se torna então necessária (trecho censurado, p.2)”

Podemos lembrar que em 1972, os programas escolares são, salvo poucas diferenças os mesmos que em 1923. Nota-se que o que foi censurado diz, incontestavelmente, respeito ao estatuto da comunicação oral na escola.

O ensino do francês na escola elementar foi até então regido por diversas “Instruções oficiais”. Notáveis pela generosidade da inspiração, pela riqueza de conselhos práticos, elas prestaram os maiores serviços. Seu conjunto era voluminoso e refletia uma sabedoria pedagógica que a prática confirmou durante inúmeros anos. Ela respondia às necessidades e concepções do momento. Mas, bem evidentemente, a evolução das instituições e das teorias havia introduzido, com cada nova instrução, elementos que contradiziam certos aspectos das instruções anteriores. A preocupação quanto a continuidade da doutrina que os autores sucessivos tentavam manter, não conseguia mais esconder essas incoerências. (Trecho censurado, [site 11], p.2)”

O plano Rouchette se posiciona em ruptura com os textos que relevam unicamente de uma vontade e de uma visão política clássica e que são aqueles que datam do fim do século 19. Esta reforma extrai seus fundamentos das novas ciências humanas, (linguística, psicologia, sociologia). Em 1970, os especialistas não saem mais exclusivamente do meio filosófico ou político. Os métodos ativos, tais como o movimento Freinet ou Montessori, por exemplo, são levados em consideração pela comissão, como experiências pedagógicas pertinentes capazes de fornecer ensinamentos, sobretudo a nível do funcionamento de classe.

“Um experimento atualmente em curso nas classes elementares, tem como objetivo fundar mais cientificamente a renovação profunda deste ensino que inúmeros pioneiros da pedagogia moderna já haviam, devemos dizer, empreendido. (Trecho censurado, p.2)”

Este trecho censurado mostra que a comissão havia tentado racionalizar experimentos se inspirando da pedagogia ativa. O plano tenta inscrever o professor primário na sua época que é a do desenvolvimento das ferramentas de comunicação, desejando emancipá-lo de uma herança por demais rígida. Todavia a censura que se manifesta mostra o quanto a questão do laço entre educação e oralidade é um assunto sensível, ameaçando rediscutir seus fundamentos baseados no valor da escrita. Este insucesso da reforma mostra que a instituição não conseguiu se libertar de herança dos primeiros fundadores da escola republicana. Este debate em torno do lugar que a palavra ocupa na escola nos anos 1970, nos revela também que se a escrita está tão presente e valorizada no espírito da instituição é também porque ela permite um estreito controle do coletivo ao mesmo tempo em que normaliza o saber.

A LÍNGUA ORAL SOCORRENDO UMA PRIMEIRA CRISE INSTITUCIONAL?

Se o plano Rouchette afirma que a escola elementar ainda tem por vocação instruir e educar, suas finalidades, entretanto, evoluíram com o tempo. De fato, com a chegada da Vª República, as reformas estruturais do sistema educativo se aceleram de maneira decisiva. Em resposta ao desafio do forte crescimento econômico que a França conhece, a escolaridade sofre um prolongamento e passa, em 1959, de 14 a 16 anos. Assim, não basta mais saber ler, escrever, contar como no começo do século 19, é preciso também saber comunicar, analisar, argumentar. É por esta razão que o plano Rochette se encontra em posição de ruptura com relação aos textos anteriores, colocando em evidência uma nova exigência de democratização e de adaptação a uma sociedade moderna na qual é preciso comunicar.

“Antigamente, a finalidade (da escola primaria) era dupla:

- por um lado as crianças que terminavam a escola aos 14 anos, e que constituíam a maioria, deviam saber ler e escrever para se inserir sem maiores dificuldades na vida ativa,

- por outro lado, a minoria que entrava no ensino de segundo grau aos dez ou onze anos devia possuir os conhecimentos considerados necessários para a aquisição da cultura secundária. Estas perspectivas estão hoje profundamente mudadas, ainda mais porque a evolução rápida das ciências e das técnicas impõe que a formação elementar constitua a base de uma formação permanente cuja necessidade é admitida por todos (Plano Rouchette, Trecho não censurado, p.3)”

Em 1995, em 1999 como também nos “novos” programas da escola elementar de 2002, o domínio da linguagem reaparece de maneira constante nas chances de um sucesso escolar futuro. Em período de crise escolar, a tendência nestes últimos anos é apontar as aquisições linguísticas dos alunos, principalmente na comunicação, fazendo do domínio da língua o polo principal do sucesso escolar. 35 anos mais tarde, produzem os mesmos efeitos. A crise que a escola conheceu nos anos 1970 soa exatamente como a crise dos anos 2000. É mesmo o domínio da língua e, particularmente da língua oral, que será então chamada ao socorro de um sistema que não mais responde às exigências de uma sociedade multicultural.

UMA REFORMA MALTRATADA E NO ENTANTO FECUNDA NO TEMPO

O plano Rouchette, liberado de toda a crítica que tratava da natureza do ensino do francês desde 1923, aparece, na leitura dos arquivos, como espantosamente atual. Ele contém, de fato, os germes de todas as questões de reflexão que conduzem aos programas dos anos 1995 - 2000. No curto trecho suprimido que segue, aparece uma reabilitação da língua oral, hoje assumida pela instituição nos programas.

“Os alunos em dificuldade apresentam principalmente déficits da linguagem e fazem parte, na maioria, de classes desfavorecidas. Geralmente eles são levados a abordar prematuramente conhecimentos que assimilam mal e que só conseguem repetir geralmente deformando (parte não censurada); Algumas destas noções são aliás inúteis à prática da língua, superadas no tempo e até chegam a atrapalhar na medida em que constituem obstáculos no prolongamento de estudos sérios (Plano Rouchette, parte suprimida, 1972, p.2)”

Deste modo, é anunciado que é preciso renovar as práticas, visto que se trata agora de “aprender a aprender”, de aprender a inovar, a criar mais do que receber ou mesmo reter conhecimentos elaborados. Não é, de fato, de uma atualidade surpreendente? Estas palavras são as retomadas de maneira quase idêntica, dos textos oficiais do primeiro grau neste começo do século 21.

É, pois, sob a forma de didática do oral, ou seja, em nome de um saber disciplinar, que a palavra retoma aos poucos um lugar no discurso institucional desde os anos 1995.

“Falar bem para aprender melhor”, é disto que se trata neste fim de século, e não mais de “falar para escrever bem”. A leitura dos artigos ligada aos textos fundadores e suas reformas sucessivas coloca em perspectiva uma história da oralidade esquecida e torna clara a derivação de uma palavra a serviço da escrita para uma palavra a serviço dos aprendizados e da cultura escolar. Vemos como se apela aqui para que a palavra oral venha ao socorro da escola quando esta se encontra fragilizada em suas certezas. Mas não nos equivoquemos. A atual colocação em primeiro plano do oral no âmago dos textos oficiais, resulta de um reequilíbrio engendrado pela crise da escola. Ela não resulta de uma verdadeira reflexão sobre o lugar que ocupa a oralidade no processo de transmissão escolar que provocaria uma reflexão sobre os lugares da palavra na escola, a questão da disciplina, da autoridade ou mesmo da repartição da palavra dentro de uma classe, por exemplo.

Esta busca histórica a respeito do oral escolar, nos faz lembrar que a história não é nada mais além do resultado das opções (escolhas) e renúncias, como diz Emile Durkheim no seu curso de agregação em 1905:

“Durante as lutas, conflitos, idéias contrárias se manifestaram. Ocorreu que idéias fortes, cujo valor intrínseco poderia ter sido salvo, naufragassem. As instituições pedagógicas não tinham ainda surgido no dia em que foram redigidos os regulamentos que as definem, elas possuem um passado do qual são o prolongamento e do qual elas não podem ser dissociadas sem perder grande parte do seu significado (Durkheim, 1938, pp. 15–17).”

Concluindo, podemos escrever que se existe herança, houveram também debates e tomadas de posições opostas; Mas a herança é o que o tempo retém, esquecendo as lutas, os conflitos, os excessos e os impasses. A história se mantém feita de continuidades e rupturas que modelam pouco a pouco uma cultura. O museu da educação é hoje um dos lugares onde o patrimônio educativo francês permite reatar com seus fundamentos. Deste modo, se a sociedade francesa parece, ainda hoje, muito consensual perante os valores defendidos e reivindicados por sua escola, o estudo histórico mostra que as lutas foram mantidas para conservar um laço essencial entre escola e oralidade, tanto a nível cultural quanto como instrumento do pensamento. Este elo dialético perdura e torna assim a questão da oralidade um desafio sempre atual e não resolvido perante um sistema educativo contemporâneo desestabilizado nos seus fundamentos. Voltando as origens dos debates passados, a instituição pode enfim compreender o que construiu sua cultura escolar e alcançar um reequilíbrio entre oralidade e educação.

BIBLIOGRAFIA

- BUISSON, F. (1882). Novo dicionário de pedagogia e de instrução primária, Volume 2. Paris : Hachette, consultado nos arquivos do museu nacional da educação.
- BRUNOT, F. (1905). A reforma da ortografia – Carta aberta ao Senhor Ministro da Instrução Pública. Paris ; Armand Colin, Consultado nos arquivos do museu nacional da educação
- CHERVEL, A. (1998) : A cultura escolar. Paris : Belin
- DURKHEIM, E. (1938) ; A evolução pedagógica na França, curso de agregação. Paris PUF/ Quadrige
- GALUPEAU, Y. (1992) A França na escola. Découvertes Gallimard histoire, atual conservador do museu da educação de Rouen
- GREGOIRE L'ABBE (1791), www.assemblee.nationale.fr/Abbe-Gregoire1791.asp elocução captada no site internet em 11/03/07
- HELIAS, P.J. (1975) ; O cavalo de orgulho. Paris / Plon
- JOUSSE, M. (1974). A antropologia do gesto . Paris : Gallimard collection Voies Ouvertes
- KAHN, P. et Denis, D. (2003) A escola republicana e a questão dos saberes –Pesquisa no Dicionário de pedagogia de F. Buisson. Paris éditions du CNRS
- LOMONT, A. (1923) A nova organização pedagógica das escolas primárias elementares. Paris : livreria Gedalge
- Ministério da Instrução Pública. (1938). Programas e instruções de ensino do primeiro grau. Paris. Editions Bourrelier, consultado nos arquivos do museu nacional da educação
- PROST, A. (2003) Panorama (?) histórico da educação na França dos séculos XIX° – XX°. Paris. Belin
- RENDU, A. (1890). Curso de pedagogia ou principios de educação pública para uso de alunos das escolas normais. Paris. Garnier frères libraires
- VIAL, Jean. (1986) História e atualidade dos métodos pedagógicos. Paris : ESF
- VINCENT, P. (1885). História da pedagogia. Paris : Fernand Nathan, consultado no museu da educação
- WAQUET, Françoise (2003). Falar como um livro, oralidade e saber do século XVI ao século XX. Paris : Albin Michel, coleção L'évolution de l'humanité